

Memórias da preservação e patrimonialização da viola de cocho sob uma perspectiva psicossocial

Memories and preservation of Viola de Cocho under a psychosocial perspective

Marli Lopes da Costa^{*}
Ricardo Vieiralves de Castro^{**}

Resumo: Neste trabalho, procuramos conhecer as memórias da preservação e patrimonialização da viola de cocho nas cidades de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, e Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, tendo como referência teórica os estudos de memória social sob uma perspectiva psicossocial. Por meio de análise documental, observações de campo e entrevistas *in loco* com mestres – pessoas idosas representantes deste saber- e jovens aprendizes do modo de fazer a viola de cocho, foi possível conhecer as memórias e significados atribuídos a este saber em diferentes contextos, bem como as experiências vivenciadas e traduzidas pelos grupos em suas práticas coletivas antes e após a patrimonialização.

Palavras chave: Memória, Patrimônio Cultural e Psicologia Social

Abstract: In this work, we know the memories of preservation and patrimony Viola through the cities of Cuiabá, State of Mato Grosso, and Corumbá, in the state of Mato Grosso do Sul, with reference to theoretical studies of social memory in a psychosocial perspective. Through document analysis, field observations and interviews with teachers - elderly representatives and this know-how to the young apprentices to the viola trough, it was possible to know the memories and meanings attributed to this knowledge in different contexts, and as the experiences and translated by the groups in their collective heritage before and after.

Keywords: Memory, Heritage and Social Psychology

1 A patrimonialização dos modos de fazer, saber e viver enquanto objeto de estudo da Psicologia Social

Segundo o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído no Brasil em 2003 com base no Decreto nº 3.551 de 14 de agosto de 2000, o registro dos saberes, expressões, modos de ser e de viver - denominados bens intangíveis - é uma forma de garantir que os conhecimentos culturais de um grupo ou comunidade sejam transmitidos de geração em geração e constantemente recriados por este grupo ou comunidade, contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

^{*} Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Psicologia Social. marlic@hotmail.com

^{**} Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Comunicação

A criação do PNPI representa uma mudança no entendimento do patrimônio, que, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, passou da ideia de algo concreto e edificado para um conceito mais amplo, que incorpora o vivido e o experienciado por indivíduos pertencentes a determinados grupos que caracterizam diferentes regiões ou locais do Brasil. Isto significa também uma modificação nas políticas de preservação e salvaguarda que vêm sendo repensadas e tendo suas ações direcionadas à preservação - em primeira instância - das formas de viver, se expressar e se organizar dos grupos. Neste sentido, também as áreas de interesse científico se ampliaram. Considerando ser este um patrimônio substancialmente humano, carregado de lembranças, diferenciado por sua cultura, arte, tradições, histórias, trajetórias e dinâmicas, outras áreas da ciência podem ajudar a pensar sobre o desenvolvimento de ações e políticas que atentem para o “cuidado com o humano” e que, ao mesmo tempo, não solidifiquem, aprisionem e engessem o movimento natural dessas práticas. Como campo de saber, é fundamental para qualquer estudo e análise sobre este patrimônio estabelecer interface e diálogos com as produções desenvolvidas com outras áreas de conhecimento, em especial as humanas e sociais.

Como objeto de estudo da Psicologia Social, entendemos que a patrimonialização dos saberes e tradições de diferentes regiões do Brasil é um tema que nos interessa por ser este patrimônio constituído por lembranças, afetos, vivências, formas de organização e compartilhamento social que influenciam a construção das identidades individuais dentro do grupo.

Este trabalho é parte da tese de doutorado defendida em maio de 2011, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada “Entre tempos de antigamente e de hoje em dia: memórias da patrimonialização da viola de cocho”. Vale ressaltar que nosso objetivo não foi estudar a pluralidade de interpretações que cercam o tema Patrimônio Imaterial Cultural, mas conhecer o que os grupos ligados aos modos de saber fazer a viola de cocho (em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), pensam e como vivenciam o registro deste modo de fazer enquanto Patrimônio Imaterial Cultural. Neste artigo, procuramos reunir algumas memórias e significados atribuídos pelos entrevistados - durante a pesquisa de doutorado - à preservação e patrimonialização da viola de cocho.

Registrada em 2004, a viola de cocho é um instrumento artesanal encontrado na região do Pantanal, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que integra o complexo musical, coreográfico e poético dos gêneros musicais do cururu¹ e do siriri² - danças típicas que se traduzem como formas de diversão ou devoção aos santos católicos na região do Pantanal, como aponta Vianna (2005).

Segundo o Parecer Técnico do Processo nº 1450.01090/2003-03, que sugeriu o registro dos modos de fazer o instrumento como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, a viola de cocho, como bem cultural, corresponde a um modo de fazer único e especial, caracterizando um ofício, com suas formas de produção e execução artístico-musical associadas a formas de expressão específicas.

Usado em espaços e celebrações diversificadas, o instrumento é feito de forma artesanal, confeccionado com madeira de árvores típicas da região do Pantanal. As cordas da viola de cocho, hoje de náilon, já foram confeccionadas, em épocas não precisas, de intestinos de animais, assim como a cola usada para fixar o tampo da viola - feita antigamente do cozimento de poca de peixe regional. Ambas, com o tempo, foram sendo substituídas por materiais industriais.

Dentre os vários motivos que justificam o registro da viola de cocho no Livro de Registro dos Saberes, estão o “saber enraizado em práticas e vivências culturais coletivas de transmissão oral e informal” e a “referência cultural importante para grupos formadores da sociedade brasileira; incorporando contribuições de diversas etnias, como tradição que se reitera e atualiza” (IPHAN, 2009, p. 81).

Fonseca, Travassos e Vianna (2008) apontam que a incorporação dos modos de fazer a viola de cocho na ordem do discurso do Patrimônio Nacional, por meio do registro deste instrumento no Livro de Registro dos Saberes, é uma forma de instituir os espaços onde este saber tradicionalmente se manifesta como um lugar de memória, uma vez que as ações de inventário, registro, patrimonialização e salvaguarda deste bem intangível instauram, de forma articulada, o passado, o presente e o futuro dos grupos e dos espaços que eles ocupam.

¹ O cururu é uma dança típica da região pantaneira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Composta por homens, as chamadas rodas de cururu se dão ao som da viola de cocho e ganzá. Geralmente, os cururueiros (como são chamados os homens que dançam) fazem uma roda caminhando no sentido horário e iniciam a dança com passos simples, ajoelhando-se e dando rodopios em círculos.

² O siriri também é uma dança típica de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que acontece nas festas e celebrações religiosas das zonas rural e urbana. Atualmente, é dançada por homens, mulheres e até crianças, numa coreografia bastante variada e sem uma interpretação definida, mas, segundo relatos, *antigamente* somente as mulheres dançavam o siriri. Os instrumentos utilizados são a viola de cocho e o ganzá ou cracachá. Atualmente, o festival anual de siriri, que acontece em Cuiabá-MT, tem popularizado ainda mais esta dança e atraído milhares de turistas à cidade.

Embora a patrimonialização da viola tenha trazido maior notoriedade aos costumes, tradições e saberes em ambos os estados, bem como uma maior abertura comercial e turística deste instrumento, há que se considerar as iniciativas de preservação anteriores à patrimonialização, preconizadas por artistas e moradores locais.

As entrevistas realizadas com mestres e moradores locais envolvidos no processo de patrimonialização da viola de cocho também revelaram um trabalho de preservação e divulgação do instrumento no interior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao longo da década de 1970. Trabalho este, no entanto, feito de forma isolada, por meio de iniciativas individualizadas e, na maioria das vezes, mantido com recursos próprios dos mestres e cururueiros locais.

Como movimento solitário, este trabalho de manutenção e preservação das memórias e saberes locais muitas vezes acontecia apenas dentro das casas dos mestres, que tentavam ensinar e transmitir este saber aos membros mais jovens de suas famílias, vizinhos e outras pessoas que por lá surgiam. Além disso, sendo mestres os entrevistados, era comum haver apresentações e oficinas de confecção da viola em locais públicos dos bairros, como associações de moradores e escolas, que os convidavam para se apresentarem em períodos e datas especiais, como nos dias de santos e atividades de comemoração ao Dia do Folclore.

2 A memória social como ferramenta para o estudo da patrimonialização dos modos de fazer, saber e viver

Com o objetivo de entender quais significados o conjunto de saberes associados à viola de cocho assumiu diante da patrimonialização - e como este processo imprimiu novos sentidos e significados à cultura local alterando as relações sociais entre os indivíduos, os grupos e a comunidade em geral -, em nossa pesquisa percorremos os seguintes caminhos: pesquisa documental, observações de campo e entrevistas *in loco* com mestres e jovens aprendizes do modo de saber fazer a viola de cocho, totalizando 27 pessoas. Também recorremos ao diário de campo para registrar as observações e experiências vivenciadas em oficinas, cursos, eventos culturais e visitas às residências dos entrevistados. A pesquisa de campo foi realizada entre 2006 e 2010.

Para estudarmos as memórias da patrimonialização da viola de cocho, entendemos ser preciso partir do estudo do fenômeno das lembranças e experiências vividas pelos grupos representantes deste saber. Sob uma perspectiva psicossocial da memória, é fundamental o entendimento de que sua construção se constitui tanto do que se apreende das lembranças individuais e se transfere para a esfera social quanto do que se ensaia na esfera social e se exporta para a memória individual. O indivíduo, autônomo em sua forma de interpretar o passado, está inserido em um contexto que emoldura, enquadra sua interpretação, que, por sua vez, também é moldada pelas experiências emocionais e as expectativas pessoais de cada indivíduo. De forma geral, partir do entendimento de que as memórias têm na base de sua construção este caráter heterogêneo nos convida a pensar em como as lembranças exteriorizadas agem nos espaços sociais e operam nas ações tanto coletivas quanto individuais.

As memórias são mediadoras, pois penetram no fluxo de nossas relações e são recrutadas por nós incessantemente nas ações do presente. Se nossas lembranças jamais estão limitadas a situações que vivenciamos individualmente, como coloca Halbwachs (1990), nossas recordações também nos colocam sempre em relação com alguma coisa ou com alguém. Se ela circula, física ou metaforicamente, entre os membros do grupo e encontra-se simultânea ou alternadamente nas lembranças de todos, cada um pode inscrever nela sua representação e sua contribuição, como afirma Bosi (2003). Além disso, se as lembranças individuais interferem diretamente nas memórias coletivas, estas também interferem nas formas de viver, de ser e estar no mundo dos homens.

Sá (2005), afirma que, apesar da disputa em relação ao termo memória social para designar a *memória da sociedade* ou a *memória na sociedade*, dois importantes argumentos podem ser enunciados em favor desta última:

(1) todas as coisas que se pode dizer que sejam da sociedade, como a linguagem, a história, a escrita, a imprensa, os calendários, os museus, os arquivos, as bibliotecas, os monumentos etc. – enfim, os *quadros sociais da memória* – e que constituem condições da memória em si, são, por definição, a ela própria exteriores; (2) a concepção de memória na sociedade implica igualmente a consideração de tais condicionantes, mas não os confunde com a memória como fenômeno psicossocial e, acredita-se, é uma tal *psicologia social da memória* que, mais do que qualquer perspectiva, deve ser capaz de prover uma articulação consistente entre as contribuições oriundas de diferentes domínios disciplinares (SÁ, 2005, p. 71-72).

Sob esta perspectiva, as memórias - sejam elas pessoais, comuns, coletivas, históricas, históricas documentais, históricas orais, práticas, públicas ou outras memórias, como sugere a classificação feita pelo autor - são produzidas através de um afetar mútuo inerente à relação do indivíduo com o contexto social a que ele pertence.

Ao serem patrimonializadas, as lembranças coletivas desafiam os grupos e os indivíduos portadores destes saberes a desempenharem ações e funções, muitas vezes desafiadoras, de destrezas, estratégias cognitivas, afetivas e sociais que vão operar modificações no próprio patrimônio constituído por estas memórias. Portanto, o estudo da patrimonialização da viola de cocho a partir deste referencial teórico justifica-se porque, enquanto patrimônio, as memórias têm uma importância decisiva na preservação destes bens, da mesma forma que, enquanto memórias, este patrimônio é constantemente refeito nas relações sociais cotidianas, fazendo a mediação das ações no presente.

Assim, o estudo das memórias do processo de patrimonialização é importante não apenas como fonte da história do registro destes saberes, mas como elemento constitutivo das identidades destes grupos. Deste ponto de vista, conhecer as memórias das pessoas que vivenciaram este processo e que tiveram pouco espaço nas fontes históricas escritas é um dever de cidadania democrática para amenizar um pouco as exclusões históricas que afetam estes e outros grupos que vivem no interior do nosso país.

Os estudos de memória social - campo caracterizado pelo diálogo entre diferentes áreas das ciências humanas e sociais - nos levou a pensar sobre como as lembranças ligadas à preservação e patrimonialização da viola de cocho, compartilhadas nos espaços sociais, influenciam as ações individuais e coletivas do grupo. Este olhar nos possibilitou compreender também o elo entre o passado e o presente destas memórias e entender de que forma o saber fazer a viola de cocho se manteve vivo e suportou, no tempo e no espaço, a existência de seus grupos de origem.

Desta forma, percorrer as memórias e os registros sobre este saber revelou as mudanças e transformações sofridas durante o tempo testemunhado e vivido pelos entrevistados. Ao nos relatarem as histórias de vidas entrecruzadas com a história da viola de cocho, eles fizeram uma tradução singular da importância do instrumento em seus cotidianos e no dia-a-dia dos grupos que pertencem, nos permitindo transitar entre o individual e o social e compreender o fenômeno psicossocial que alicerça estas práticas, ao mesmo tempo em que constituíram as memórias e experiências destes grupos.

3 As memórias de mestres e aprendizes e a preservação e patrimonialização da viola de cocho

Relembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar as experiências do passado com imagens, ideias e sentidos de hoje, como afirma Bosi (2003). Nossos deslocamentos, nossos vínculos vão alterando as lembranças de forma que elas se tornem significativas para o nosso presente e em consonância com o que vivemos em nosso grupo atual. Apesar da influência do coletivo sobre nossas recordações, é o indivíduo que seleciona o que e como lembrar, e é ele também que acessa as lembranças, atribui sentido, confere significado, evoca e permite que suas memórias desempenhem uma função no presente.

O passado é, desta maneira, tanto individual quanto coletivo, mas, como forma de consciência, a memória é total e intensamente pessoal. Recordamos apenas nossas próprias experiências, e o passado que relembramos é intrinsecamente o nosso passado, afirma Lowenthal (1998). Para ele, mesmo quando decidimos tornar nossas memórias públicas, elas nunca poderão ser totalmente partilhadas.

Conhecer a minha memória não é absolutamente o mesmo que possuí-la. (...) o conteúdo do que lembramos torna-o, da mesma forma, singularmente pessoal: inclui detalhes pormenorizados e íntimos de acontecimentos, relacionamentos e sentimentos do passado. A língua secreta que inventei, o medo que sinto pelo vizinho que não gosta do meu cachorro, o desconforto de uma picada de abelha, o trauma de um braço quebrado são lembranças de meus doze anos que ninguém mais pode ter (LOWENTHAL, 1998, p. 79).

Por outro lado, segundo Lowenthal, precisamos das lembranças de outras pessoas, tanto para combinar as nossas próprias quanto para lhes dar continuidade. Ao contrário dos sonhos, que são absolutamente particulares, as nossas lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros.

Partilhar e validar lembranças torna-as mais nítidas e estimulam sua emergência; acontecimentos que somente nós conhecemos são evocados com menos segurança e mais dificuldade. No processo de entrelaçar nossas próprias recordações dispersas em uma narrativa, revemos os componentes pessoais para adequar o passado coletivamente lembrado e, gradualmente, deixamos de diferenciá-los (LOWENTHAL, 1998, p. 79).

Entender a memória sob esta perspectiva é o que possibilita compreender que os mestres da viola de cocho são protagonistas das muitas mudanças que ocorreram no conjunto de saberes que integram o modo de saber fazer o instrumento. Eles testemunharam e vivenciaram a prática no contexto rural quando jovens, no contexto urbano, enquanto saber negado e excluído, e no contexto atual, enquanto Patrimônio Cultural Nacional. Portanto, os mestres da viola de cocho são testemunhas do cotidiano e guardiões dos movimentos de mudança e preservação deste saber tradicional. Eles aprenderam a fazer e a tocar a viola no contexto rural e cresceram ouvindo as histórias, os mitos, as lendas e as crenças associadas a ela, atuando como mediadores das relações internas e externas dos grupos. Além disso, ao acompanharem as festas de santo com seus familiares, amigos e vizinhos enquanto se tornavam adultos, foram interiorizando as mudanças e participando das adaptações feitas às tradições até se tornarem, eles próprios, os representantes deste saber no presente.

Informantes de gerações diferentes, os mestres ainda hoje carregam em suas lembranças as imagens e os sentidos atribuídos a este saber quando eram crianças, época em que também acompanhavam a história dos seus grupos e suas práticas. Os mestres conhecem as transformações porque as vivenciaram, as sentiram. Ao falarem sobre as mudanças sociais e os diferentes sentidos atribuídos às suas práticas, seus depoimentos evidenciam as mudanças nas relações de trabalho, na família e nas relações de gênero, nos bairros e nas cidades onde vivem.

Eles deram seus depoimentos não só como mestres da viola de cocho, mas como avós, pais, homens, profissionais, cidadãos pertencentes a uma cidade, um bairro ou um grupo de determinada camada social. Ao nos confiarem suas memórias e fazerem referência a um tempo pessoal e individual, narraram acontecimentos ora familiar, ora do grupo, das suas cidades, de seus estados ou de seu país, revelando o conjunto de aspectos coletivos, históricos, políticos e cotidianos que constituem suas memórias. Estas referências sociais – ou estes quadros sociais, como Halbwachs (1990) as define - são o substrato social da memória individual.

Nos relatos, as dificuldades vivenciadas na vida rural e as mudanças ambientais foram maneiras que os mestres da viola encontraram para falar das transformações sociais que percebem nos espaços que ocupam. Da mesma forma, também revelaram em seus depoimentos como percebem as diferenças entre a educação dos filhos hoje e aquela do tempo em que eram crianças, sempre ressaltando que as crianças de hoje são desobedientes, ao contrário das de antigamente, que não se atreviam a ser rebeldes e desacatar os pais.

As desigualdades sociais, econômicas e culturais entre classes foram mencionadas quando falaram sobre suas atividades profissionais. O patrão é sempre citado como “o grande”, “aquele que pode” ou “aquele que manda”. Quando se reportam a eles mesmos ou aos amigos de trabalho, usam expressões como “a gente era muito fraco, trabalhava de dia para comer à noite” ou “tinha que fazer porque o patrão era quem mandava, e a gente só obedecia”. Estes relatos nos fizeram perceber que não somos apenas nós, pesquisadores, que contextualizamos as narrativas. Os entrevistados, ao darem seus depoimentos, organizam em suas falas os diferentes papéis sociais dos personagens da história e também interpretam seus contextos.

O grupo familiar e os vínculos afetivos apareceram como uma referência recorrente na reconstrução do passado. Os entrevistados, em geral, lançam mão das histórias sobre suas famílias, vizinhos e amigos ao narrarem suas lembranças. Segundo Barros (1998), isto acontece por “a família ser, ao mesmo tempo, o objeto das recordações dos indivíduos e o espaço em que essas recordações podem ser avivadas” (BARROS, 1998, p. 38).

Enquanto quadros sociais que ancoram as memórias sobre a viola, a família, os vizinhos e amigos constituem um grupo social importante nas falas dos mestres, pois foi no convívio com estes grupos que eles iniciaram o contato com o instrumento e com todo o conjunto de tradições a ele associadas, tais como as promessas de santo, as festas religiosas e as danças de siriri e cururu.

De acordo com Ecleia Bosi, ao tecermos comparações entre a memória de idosos e jovens, percebemos que, nas narrativas dos primeiros, é possível verificar uma “história social bem resolvida” (BOSI, 1990, p. 60), uma vez que atravessaram um determinado tipo de sociedade, conheceram suas características e vivenciaram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis. Os jovens, em contrapartida, entretidos com as tarefas atuais, não recorrem às imagens do cotidiano da infância em suas narrativas, pois “ainda se encontram absorvidos pelas lutas e contradições do presente, que lhes solicitam muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade” (BOSI, 1990, p. 60).

Em suma: para o adulto ativo, vida prática é vida prática, e memória é fuga, arte, lazer, contemplação. É o momento em que as águas se separam com maior nitidez. Bem outra seria a situação do velho, do homem que já viveu sua vida. Ao lembrar o passado, ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da vida (BOSI, 1990, p. 60).

Nas entrevistas com jovens aprendizes dos modos de fazer a viola de cocho e de dançar cururu e siriri, esta solicitação do presente a que se refere Bosi (1990) caracteriza as narrativas dos entrevistados, que recorrem ao presente e suas demandas para justificarem seus interesses pelos saberes tradicionais e para falarem sobre suas vidas, suas experiências e seus sentimentos. A ênfase em aprender a fazer a viola para comercializá-la ou para serem reconhecidos como artesãos é bastante frequente. Encantados com o reconhecimento social atribuído aos mestres, que costumam ser homenageados e convidados a dar entrevistas na mídia e fazer apresentações locais, nacionais e internacionais, os jovens aprendizes acabam se associando a estes saberes na expectativa de também atraírem a visibilidade dos meios de comunicação e, desta forma, tornarem-se conhecidos.

Considerando os estudos feitos por Jedloswki (2005) sobre a relação memória e mídia, percebe-se que, no caso da viola de cocho, os meios de comunicação desempenham um papel importante na preservação, transmissão e transformação das memórias, pois, além de produzirem e apresentarem reportagens sobre estes saberes, trazendo constantemente o passado de volta ao presente, representam a possibilidade de os jovens se tornarem pessoas conhecidas, o que acaba estimulando seu interesse pelas tradições locais. A midiática da cultura local também faz com que os aprendizes superem o sentimento de vergonha e rejeição em relação aos saberes de “gente antiga”, de “gente caipira” - sentimento muito comum entre os jovens de gerações anteriores que, segundo os relatos dos mestres entrevistados, contribuiu para colocar estes saberes em risco de desaparecimento.

A análise das *memórias de antigamente*, expressadas nas narrativas dos mestres - idosos que viveram experiências com a viola em diferentes momentos e contextos sociais -, e das *memórias recentes*, narradas por jovens aprendizes e pessoas ligadas ao processo de patrimonialização da viola de cocho, nos fez perceber que o conjunto de práticas associadas a este conhecimento em diferentes contextos, presente e passado, não está relegado ao esquecimento. Ao contrário. Há um forte desejo manifestado por todos os entrevistados de que este saber fazer seja

transmitido às novas gerações. No entanto, assim como as mudanças são inerentes à sociedade, as tradições e os saberes seguem o mesmo movimento e são constantemente negociados e modificados face à realidade dos grupos. Constituídos por novas gerações, os grupos que praticam o modo de saber fazer a viola de cocho são dinâmicos e criativos e adaptam os saberes - transformando-os, reduzindo-os ou ampliando-os - para (re)apresentá-los em seus cotidianos.

A compreensão do papel do idoso como aquele que pode transmitir às novas gerações o aprendido na vida é um dos benefícios sociais da patrimonialização do modo de saber fazer a viola. Para os mestres, ensinar a confeccionar ou a tocar o instrumento representa a possibilidade de ensinar também o que sabem e o que lhes custou uma vida inteira para aprender. Assim, o reconhecimento deles como mestres da cultura, responsáveis por transmitir os saberes às novas gerações, retoma a identidade, o lugar e a função social de ser cururueiro. Aproximando as diferentes gerações, estes saberes têm permitido que mestres e aprendizes dialoguem para construir um presente e um futuro em comum. Além disso, as oficinas, os cursos e os eventos de transmissão deste saber vêm construindo pontes de diálogo entre jovens e mestres, sem que um grupo precise se impor ao outro. Esta troca entre jovens e idosos é um interessante mecanismo de transformação social, pois favorece o reconhecimento dos idosos e dos jovens como importantes para a preservação das memórias do grupo, contribuindo para a continuidade histórica e social dos saberes locais.

Percebemos que, graças ao reconhecimento conquistado pelo contato com os saberes e tradições locais, os jovens aprendizes se veem como parte do grupo, do espaço social e da cultura onde vivem, projetando-se, inclusive, como representantes da tradição local e responsáveis pela manutenção e permanência destas tradições no futuro. O reconhecimento social e a inserção profissional como artesãos e músicos produziram efeitos positivos na autoestima destes jovens, que consideram as oficinas e os cursos de viola de cocho e de danças de siriri e cururu um marco em suas vidas, questão premente entre eles. Os jovens aprendizes entrevistados revelaram interesse de aprender a cultura local para terem reconhecimento social e assegurarem suas inserções na vida profissional.

O registro que institui a viola de cocho como Patrimônio Cultural Imaterial é uma marca na história do saber fazer o instrumento que, antes rejeitado e esquecido, sobretudo pela juventude, passou a ser reconhecido, resgatado e valorizado enquanto bem cultural. Por outro lado, após o registro, também surgiram novas versões deste

saber, o que nos leva a pensar que não é possível compreender a patrimonialização das culturas imateriais sem considerar a intensificação de mudanças que este processo proporciona aos saberes e modos de viver dos grupos.

Assim, é importante pensar políticas e ações de preservação e manutenção destes saberes sob uma perspectiva que permita que as experiências coletivas tecidas em torno deste saber fazer sejam (re)significadas e, considerando o movimento e a dinâmica destas tradições, contemplem a reinvenção deste conhecimento e do conjunto de práticas a ele associadas. Para isso, é importante dialogar constantemente com os grupos com a finalidade de avaliar as condições que o saber tradicional encontra para reproduzir-se nos novos contextos.

Conceber os saberes culturais apenas como conhecimentos do passado preservados no presente é uma forma romântica de olhar para seus grupos de origem como se estivessem vivendo em espaços isolados, longe das modificações inerentes a todo grupo e sociedade. Este olhar retira dos saberes tradicionais seu caráter vigoroso, a capacidade de reinventar-se, e não reconhece que tanto os indivíduos quanto os grupos refletem sobre suas experiências coletivas e as (re)significam.

Ao mesmo tempo, é importante também que estes grupos tenham apoio para que os modos originais de saber fazer possam ser lembrados, contados e revividos em suas práticas cotidianas. Criar meios de fortalecer e intensificar a troca compartilhada entre mestres e aprendizes, para que os jovens destes grupos tenham condições de reconhecer a importância do legado como parte da história do lugar, pode contribuir para a permanência dos sentidos e significados atribuídos aos saberes pelos seus grupos de origem.

Apesar de o registro de saberes estar se tornando uma prática comum em governos municipais e estaduais do país, seguindo a política instituída pelo Ministério da Cultura, acreditamos que a ideia comum de patrimonialização ainda está muito ligada ao conceito de patrimônio edificado, o qual, ao contrário das tradições e saberes, para permanecer “vivo”, tem que necessariamente ser conservado tal como foi no passado.

Além disso, atualmente, apenas os governos federal, estaduais e municipais são reconhecidos como órgãos legítimos para solicitar o registro dos saberes culturais, mas é no interior dos grupos onde os saberes circulam e também se renovam em conformidade com as necessidades e as práticas sociais cotidianas. Se é o grupo que atribui sentido as práticas em função das necessidades do seu cotidiano, não seria importante que ele também escolhesse e determinasse o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, esquecido?

Neste sentido, entendemos que as lideranças locais, embora não sejam oficialmente reconhecidas por qualquer documento jurídico, são legítimas representantes escolhidas pelos grupos e poderiam ser mais apoiadas e instruídas a conduzi-los e organizá-los a resgatarem seus saberes. Mais incentivadas por ações e políticas de valorização dos saberes regionais, estas lideranças poderiam ter um papel maior diante do processo de inventário e de resgate das práticas e saberes de seus grupos.

Conhecer os grupos representantes da viola de cocho em Corumbá e Cuiabá e ouvir suas histórias foi, de certa forma, conhecer seus cotidianos e se aproximar de seus modos de vida. Assim, O modo como narram o passado deste saber e a maneira como fazem e usam o instrumento hoje, bem como a forma como cantam e dançam as músicas tradicionais, além dos sentidos e significados atribuídos *ontem* e *hoje*, evidenciam as mudanças e os aspectos que atravessaram o tempo e permaneceram vivos nestas tradições.

Em função do tempo, das novas exigências do espaço e das necessidades do presente, novos elementos e traços culturais vão sendo incorporados e, ao se mesclarem aos conhecimentos preexistentes, passam a ter novas características e novas formas de se expressarem. Por outro lado, alguns aspectos da história deste saber são eleitos pelo grupo para serem constantemente evocados, permanecendo vivos nas memórias de seus membros. Ao tecermos comparações entre as narrativas de mestres e aprendizes, foi possível relacionar algumas modificações que as tradições e o conjunto de conhecimentos associados ao modo de saber fazer a viola de cocho sofreram, bem como apontar alguns efeitos sociais destas mudanças nas formas de ser, de se organizar e de viver destes grupos.

Referências

- BARROS, M. M. L. de. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BOSI, Ecléa. **O tempo Vivo da Memória: ensaios de Psicologia Social.** 2 ed. Ateliê Editorial São Paulo, 2003. .
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.** Lembranças de Velhos. 3 ed. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1994. .
- COSTA, Marli Lopes da. **Entre tempos antigamente e de hoje em dia: memórias da patrimonialização da viola de cocho.** 2011. 210 fl. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- FONSECA, Edilberto; TRAVASSOS, Elizabeth; VIANNA, Letícia. Viola-de-Cocho: Patrimônio Nacional. In: FALCÃO, Andrea. (Org). **Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares.** 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2008.
- JEDLOWSKI, Paolo. Memória e mídia: Uma perspectiva sociológica. In: SÁ, C. P. (Org.). **Memória, imaginário e representações sociais.** Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2005. p. 87-98
- JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social.** Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 1- 495, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê IPHAN 8:** Modo de fazer Viola de Cocho. Brasília, 2009.
- SÁ, Celso Pereira de. As memórias da memória social. In: _____. (Org). **Memória imaginário e representações sociais.** Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005. p. 63-86.
- VIANNA, Letícia. O caso do registro da viola-de-cocho como Patrimônio Imaterial. **Sociedade e cultura**, , v. 8, n.2, p. 53-62, jul./dez 2005.

Recebido em 30.10.2012

Aceito em 16.02.2013